

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Ricardo Stuckert/PR



Lula com o relógio Cartier Santos que ganhou

Ministro aliado do TCU tenta livrar barra de Bolsonaro

Na quarta-feira (19), o Tribunal de Contas da União julgou recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) no caso de um relógio que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu de presente do governo da França. No recurso, o TCU, seguindo esforço do ministro Jorge Oliveira, manteve uma posição que, no final das contas, poderá ajudar não exatamente a Lula, mas a seu

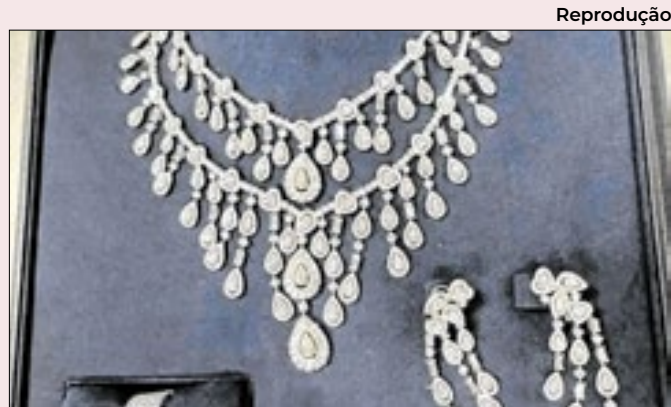
principal adversário político, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Houve uma intenção de Lula devolver o relógio, avaliado em cerca de R\$ 60 mil. O TCU foi consultado. E seguindo de presente do governo da França. No recurso, o TCU, seguindo esforço do ministro Jorge Oliveira, manteve uma posição que não há legislação clara a respeito e que, assim, presentes desse tipo se tornariam pessoais.

Pode vender

Ora, se os presentes se tornam pessoais, não haveria ilegalidade de vender. E Bolsonaro poderia embolsar sem problema os cerca de R\$ 500 mil que, segundo o tenente-coronel Mauro Cid na sua declaração, ganhou vendendo joias e outros mimos que ganhou como presidente.

Cavalo de pau

Esse entendimento é um cavalo de pau do próprio TCU. Um acórdão de 2016 determinava que bens recebidos que não fossem de natureza "personalíssima" precisavam ser devolvidos à União. Na ocasião, determinou ao próprio Lula que devolvesse 568 itens que recebeu.



Se são pessoais, podem ser vendidas

Decisão do tribunal mudou em agosto, e foi confirmada

O entendimento do TCU mudou em agosto do ano passado. Na ocasião, Oliveira divergiu do relator, Antonio Anastasia, que ia no entendimento anterior. E a maioria dos ministros acabou seguindo a linha. O relógio de Lula é, desde então, apontado pelos aliados do ex-presidente como uma situação que o iguala ao atual pre-

sidente. Lula ganhou o relógio, um Cartier Santos, que imita o célebre primeiro relógio de pulso da história, que Santos Dumont encomendou para facilitar ver as horas enquanto pilotava suas aeronaves. Foi um presente do governo da França em 2005, na celebração do que foi chamado de "Ano do Brasil na França".

Personalíssimo

Se fica entendido que o Cartier Santos é "personalíssimo", os presentes recebidos por Bolsonaro seriam também. Tê-los vendido, e recebido meio milhão por eles, conforme a delação de Mauro Cid, viraria aí mais uma questão ética do que legal, se seguido o TCU.

Igual

Outro ponto de fragilidade é que os casos acabam aproximando Bolsonaro de Lula. Impressiona como há sempre da parte de Bolsonaro certa estratégia que parece se espelhar nas experiências e trajetórias do seu principal adversário político. Um reflexo invertido.

STF

O STF pode vir a ter um entendimento diferente do concluído pelo TCU sobre a posse de presentes que autoridades ganham no exercício das suas funções de Estado. Mas certamente a posição do tribunal fragiliza uma eventual condenação de Bolsonaro por isso.

Concreto

Na avaliação de alguns, o caso das joias poderia vir a ter efeito grande junto a ter efeito grande junto a ter opinião pública. Por ser algo mais concreto aos olhos da sociedade do que a trama do golpe. Para alguns, pode parecer mais escandaloso mandar auxiliares venderem joias que ganhou.

Os papéis do "núcleo duro" da tentativa de golpe

Grupo, com oito integrantes, será julgado primeiro

Por Gabriela Gallo

A semana foi marcada pela denúncia do procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras 33 pessoas por tentativa de golpe de Estado, entregue nesta terça-feira (18). O caso será julgado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que avaliará se há materialidade e autoria dos crimes. Mas apesar de Gonet citar 34 pessoas no plano de tentativa de golpe de Estado, ele fatiou a denúncia, dividindo-a em cinco grupos que tinham funções diferentes para o plano. A medida visa "otimizar o andamento processual" na condução dos processos no Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente para que a Primeira Turma da Suprema Corte possa julgar o caso até o final do ano, antes que comecem as disputas eleitorais de 2026.

O primeiro grupo indiciado, classificado como o "núcleo duro", é composto por oito pessoas que tomavam as principais decisões do plano. De acordo com a denúncia, os líderes desse grupo eram Jair Bolsonaro e, em seguida, o candidato a vice-presidente nas eleições de 2022, general Walter Souza Braga Netto.

Para além de Bolsonaro, o Correio da Manhã detalha os papéis dos demais integrantes do "núcleo duro", segundo a denúncia de Paulo Gonet.

Walter Braga Netto

O general é considerado como principal elo junto aos



Bolsonaro e Braga Netto: o comando do golpe, segundo Gonet

militares. O ex-ministro da Casa Civil (2020) e da Defesa (2021), se reuniu com os chamados "kids pretos", grupo de Forças Especiais do Exército, e discutiu com eles como "neutralizar" Moraes. Ele está preso desde 14 de dezembro de 2024.

Alexandre Ramagem

O deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro e ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) tinha a posse de um documento com uma série de argumentações contra as urnas eletrônicas, que eram repassadas para Bolsonaro, alimentando as incitações contra o sistema eleitoral brasileiro.

Almir Garnier Santos

Dos comandantes militares, foi o único a aderir à ideia

de golpe, rechaçada pelos comandantes do Exército, Freire Gomes, e da Aeronáutica, Baptista Júnior.

Anderson Torres

Antes de assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública na gestão Bolsonaro, de 2021 a 2022, o delegado da Polícia Federal (PF) era secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF). Com a derrota de Bolsonaro na corrida presidencial de 2022, Torres voltou para a SSP-DF. A PGR o denuncia por permitir a omissão da segurança pública no dia 8 de janeiro de 2023.

Augusto Heleno

O ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) reforçava a estratégia

de desacreditar nas urnas eletrônicas. Como a Abin é subordinada ao GSI, em 5 de julho de 2022, o general da reserva do Exército orientou a Abin a infiltrar agentes nas campanhas eleitorais.

Mauro Cid

Ex-braço direito de Jair Bolsonaro tinha "menor autonomia decisória" no grupo. Mas atuava como porta-voz do ex-presidente junto aos demais.

Paulo Sérgio Nogueira

O então ministro da Defesa atuou fortemente na linha de desacreditar o sistema eleitoral. Emitiu nota nesse sentido mesmo após um relatório técnico do próprio ministério ter apontado a inexistência de irregularidade.

Lula critica Bolsonaro por pedir anistia antes de seu julgamento

Por Gabriela Gallo

Diante das expectativas quanto ao acolhimento da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe de Estado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mudou o tom em relação a seus posicionamentos sobre o caso. Apesar de o petista evitar se posicionar ativamente sobre o caso, em entrevista à rádio Tupi nesta quinta-feira (20), ele criticou Bolsonaro por estar mais preocupado em aprovar o projeto de lei que concede anistia a todos os envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, do que em provar a própria inocência.

"Eles estão com medo de serem condenados. Eles estão querendo pedir anistia antes de serem julgados, isso não existe. Eles terão que ser julgados, e se forem julgados podem ser condenados, e depois de condenados é que se pode discutir o que fazer com eles. Uma boa cela, um tratamento com muito respeito aos direitos humanos é o que eles merecem, se forem considerados culpados", declarou Lula.

O presidente, que já foi preso acusado de corrupção e depois teve suas condenações anuladas, reiterou que tanto Bolsonaro quanto os demais indiciados têm direito à ampla defesa e ao contraditório. Porém, ele reiterou que o posicionamento do acusado pode indicar que ele reconhece os crimes.



Para Lula, Bolsonaro está se autocondenando

"Quando o ex-presidente fica pedindo anistia, ele está provando que ele é culpado, ele está provando que cometeu um crime. Ele deveria estar falando 'eu vou provar a minha inocência'. Mas está pedindo anistia. Ou seja, ele está dizendo: 'Gente, eu sou culpado. Tentei bolar um plano para matar o Lula, o Alckmin, o Alexandre de Moraes, não deu certo porque tive uma diarreia, fiquei com medo, tive que voar para os Estados Unidos'", completou Lula, se referindo ao plano conhecido como "Punhal Verde-Amarelo", que previa assassinar o presidente, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes.

A declaração do presidente mudou de tom em comparação a seu posicionamento anterior. Em entrevista coletiva no Palácio do Planalto na quarta-feira (19), questionado pela primeira vez sobre o assunto, ele se limitou a dizer que, no Brasil, "todas as pessoas têm direito à presunção de inocência".

"É apenas o indiciamento, o processo vai agora para a Suprema Corte e eles terão todo o direito de se defenderem. Não posso comentar mais nada do que isso", declarou.

"Tranquilo"

Em contrapartida, Jair Bolsonaro esforça-se para não demonstrar estar preocupado com uma possível condenação. Em um evento do PL

nesta quinta-feira, em Brasília, Bolsonaro disse que não está preocupado com a acusação, chamando-a de "denúncia Disney". Esta foi a primeira declaração dele desde que foi indiciado pela PGR.

"Ao contrário do que alguns pensam, estou com a consciência tranquila. Nada mais tem contra nós do que narrativas, todas por água abaixo, investindo pesadamente nessa agora última. Quando há uma tentativa de golpe, em poucos minutos, todos ficam sabendo. Geralmente quem dá golpe é quem ganha. O golpista não perde, ou se perder, ele está lascado. Agora o duro é quando você é golpeado e ainda te acusam de dar um golpe".

"Falamos o tempo todo disso de 'Vamos prender Bolsonaro'. Eu c... para a prisão", disse.

Nesta quarta-feira, o Supremo Tribunal Federal intimou Jair Bolsonaro a apresentar sua defesa técnica em até 15 dias. Nesta quinta-feira, a defesa do ex-presidente solicitou um prazo de 83 dias para apresentar a defesa técnica, alegando serem necessários "os mesmos 83 dias de prazo utilizados pela acusação para análise completa do feito". Na tarde de quinta-feira (20), Alexandre de Moraes negou o pedido e manteve os 15 dias.

Ainda nesta quinta-feira, o advogado Celso Vilardi, que comanda a defesa de Bolsonaro, declarou que solicitará a anulação da delação do ex-ajudante de ordens do ex-presidente, o tenente coronel Mauro Cid.